

1                   **ATA DA 49ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVI PLENÁRIO**  
2                   **REALIZADA EM 19/06/2021.**  
3

4   Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, com início às 09h, realizou-se, presencial e online, a 49ª Reunião Plenária do XVI Plenário do Conselho Regional de  
5   Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes os **Conselheiros Efetivos:** Anderson  
6   Nazareno Matos; Cláudia Aline Carvalho Espósito; Elza Maria Gonçalves Lobosque; Evely  
7   Najjar Capdeville; Fabrício Júnio Rocha Ribeiro; Lourdes Aparecida Machado; Luiz Felipe  
8   Viana Cardoso; Paula Lins Khoury; Reinaldo da Silva Júnior; Rita de Cássia de Araújo  
9   Almeida; Suellen Ananda Fraga; Ted Nobre Evangelista e Yghor Queiroz Gomes e os  
10   **Conselheiros Suplentes:** Bruna Rocha Diniz de Almeida; Camila Bahia Leite; Jéssica  
11   Gabriella de Souza Isabel; João Henrique Borges Bento, Larissa Amorim Borges; Liliane  
12   Cristina Martins; Luís Henrique de Souza Cunha; Marleide Marques de Castro;. **Quórum**  
13   **de Conselheiros Efetivos:** Foi verificado o quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os)  
14   presentes, totalizando 13, tendo o Plenário elevado à condição de Conselheira(o) efetiva(o)  
15   Jéssica Gabriella de Souza Isabel e João Henrique Borges Bento. **Justificativas de**  
16   **ausência:** Cristiane Santos de Souza Nogueira; Renata Ferreira Jardim de Miranda;  
17   Rodrigo Padrini Monteiro; Thiago Ribeiro de Freitas e Walter Melo Júnior, justificaram  
18   ausência. **Assuntos tratados:** **COE:** A Conselheira Rita Almeida apresentou os seguintes  
19   pontos de pauta da COE: 1) Levantamento de Processos para o Plenário Agendar  
20   Julgamentos: A Conselheira Rita Almeida informou que o Processo 015/14 de relatoria da  
21   Conselheira Marleide Marques está previsto a realização do julgamento para  
22   Setembro/2021. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou a realização do julgamento do  
23   Processo 015/14 no mês de Setembro/2021. 2) Representação 002/2021 - Proposta de  
24   arquivamento: O XVI Plenário aprovou por 17 votos o arquivamento liminar da denúncia.  
25   **Deliberação:** Dar ciências às partes. **COF:** A Conselheira Cláudia Espósito apresentou os  
26   seguintes pontos de pauta: 1) Estágio de pós-graduação para psicóloga(o) no Tribunal de  
27   Justiça de Minas Gerais e Ministério Público de Minas Gerais: A Conselheira Cláudia  
28   Espósito informou que desde 2019 ocorre o estágio de pós-graduação em Psicologia no  
29   Ministério Público de Minas Gerais. O Conselheiro Luis Henrique informou que o CRP-MG  
30   recebeu na Subsede Norte pedido de divulgação de Edital de estágio de pós-graduação. A  
31   Conselheira Evely Capdeville informou que a Associação dos Assistentes Sociais e  
32   Psicólogos da Área Sóciojurídica do Brasil/AASPSI solicitou reunião, que contou com a sua  
33   participação representando o CRP-MG, realizada em 31/05/2021. A Conselheira Evely  
34   Capdeville informou que como encaminhamento desta reunião foi enviado um Ofício da  
35   AASPSI para assinatura conjunta pelo CRP-MG a ser enviado ao TJMG. A Conselheira  
36   Cláudia Espósito informou que foi elaborado Ofício ao CFP pedindo um posicionamento  
37   uma vez que está acontecendo o estágio em pós-graduação em outros Estados. O  
38   Conselheiro Fabrício Júnio relatou que a primeira vez que verificou o estágio em pós-  
39   graduação foi no PAI-PJ. No seu entendimento é uma forma de precarização, visando ter  
40   mão de obra qualificada sem precisar de fazer concurso público. A Conselheira Jéssica  
41   Souza ressaltou que para fazer o estágio de pós-graduação é necessário ter uma disciplina  
42   específica e ao mesmo não se trata de uma residência em psicologia. Reforçou que a OAB  
43   tem uma legislação específica para estágios e sugeriu que quem deveria trazer esta  
44   discussão é o CFP para elaboração deste normativo. O Conselheiro Luiz Felipe reforçou  
45   que a residência é uma forma de pós-graduação regulamentada, tem que haver o  
46   credenciamento junto a uma instituição de ensino e conta com o pagamento de uma bolsa,  
47   que não é uma remuneração de trabalho. Ponderou que este estágio não se assemelha a  
48   esta modalidade de ensino. O Conselheiro Fabrício Júnio sugeriu que o CRP-MG discuta  
49   junto ao Tribunal de Justiça uma forma de regulamentação, dizendo como deve ser feito,  
50   propondo a forma de residência multiprofissional, seguindo os critérios como preceptoría e  
51   elaboração de artigo. A Conselheira Cláudia Espósito solicitou aval para a construção de  
52   um documento pela COF. Ressaltou a necessidade de posicionamento à respeito, visando  
53   evitar a precarização do trabalho da(o) psicóloga(o). **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou  
54

55 por 18 votos favoráveis a construção de um documento para envio ao TJMG. Aprovou  
56 ainda, a discussão pelo GT Estágio em Pós graduação formado pelas(os) Conselheiras(os)  
57 Cláudia Espósito, Evely Capdeville e Fabrício Ribeiro. 2) Evento COE e COF Ampliada  
58 sobre publicidade da psicologia: A Conselheira Cláudia Espósito informou que está prevista  
59 a construção de uma Nota pelo CFP sobre publicidade da psicologia e ressaltou a  
60 importância da retomada do trabalho do GT Nacional que trata do tema. A partir desta  
61 demanda solicitou aprovação ao Plenário de realização de um evento “COE e COF  
62 Ampliada sobre publicidade e psicologia”. Argumentou que é urgente a discussão deste  
63 assunto. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 15 votos favoráveis a realização do  
64 evento COE e COF ampliada. CDH: O Conselheiro Reinaldo Júnior propôs a participação  
65 de 1 titular e 1 suplente de cada Comissão do CRP-MG para compor a CDH. Informou que  
66 será estabelecida uma agenda de reunião ordinária da CDH. Para tanto serão convidadas  
67 todas as Comissões e elaborada um Portaria nomeando os representantes. **Deliberação:**  
68 O XVI Plenário aprovou por unanimidade a participação de representante de todas as  
69 Comissões e nomeação de titular e suplente de cada Comissão por meio de Portaria.  
70 Indicação de Conselheiro para acompanhamento da Avaliação de Performance: A  
71 Conselheira Elza Lobosque apresentou planilha para indicação de Conselheiras(os) para  
72 acompanhamento da Avaliação de Performance. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por  
73 20 votos a realização de reunião da Conselheira Elza Lobosque com a Diretoria, no dia  
74 23/06/2021, para alinhamento dos nomes das(os) Conselheiras(os) e posterior retorno do  
75 ponto de pauta na Reunião Plenária de Julho/2021. Atividades pela Implementação da Lei  
76 13.935/19 – COPEE: O Conselheiro Luis Henrique informou que foi aprovada a Lei  
77 Municipal para implementação da Lei 13.935/2019 em Ouro Branco-MG. Ocorreu ainda,  
78 reunião em Vespasiano, com participação do SIND-UTE e uma Audiência Pública em Belo  
79 Horizonte. Ressaltou que a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte não tem  
80 interesse da implementação da(o) psicóloga(o) e assistente social na rede de educação  
81 básica do município. Embora achasse interessante alegou não ter recurso. Foi informado  
82 na Audiência que o novo FUNDEB criou um recurso para o pagamento de psicólogas(os) e  
83 assistente sociais na educação básica. Saiu como encaminhamento da Audiência a  
84 elaboração de um Estudo orçamentário pela PBH. Sugeriu um alinhamento maior para  
85 discussão da implementação nos municípios. Está sendo utilizado um parecer jurídico em  
86 relação a orçamento, plano de carreira e o respaldo político. Como estratégia a Comissão  
87 de Orientação em Psicologia Escolar e Educacional está propondo a regulamentação da  
88 criação do cargo e carreira para, em 2022, realizar o concurso público nos municípios. II  
89 Mostra de Práticas em Psicologia e Educação: O Conselheiro Luis Henrique informou que  
90 foi lançado o Edital para envio de trabalhos para a II Mostra de Práticas em Psicologia a  
91 realizar-se nos dias 20 a 23/9. Ressaltou que são aceitos trabalhos sobre as práticas da  
92 psicologia escolar e educacional. A Mostra homenageará os 100 anos de Paulo Freire.  
93 Participação Canto da Rua Emergencial: A Conselheira Jéssica Souza informou que a  
94 Pastoral Nacional de População de Rua juntamente com o Fórum da População de Rua  
95 tem o espaço Canto da Rua Emergencial que fica na Serraria Souza Pinto e a Prefeitura  
96 está desalojando o espaço. Informou que no dia 28/06 será realizada audiência pública na  
97 Câmara Municipal de Belo Horizonte com a finalidade de debater sobre a reativação do  
98 Comitê de Monitoramento e Assessoramento da Política Municipal para População em  
99 Situação de Rua e implementação da Política Municipal Intersetorial de Atendimento à  
100 População de Rua. Reunião e articulação CEAS Vacinação SUAS: A Conselheira Jéssica  
101 Souza informou que o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais/CEAS-MG  
102 elaborou Nota Técnica Conjunta sobre a inclusão das trabalhadoras e trabalhadores do  
103 Sistema Único de Assistência Social(SUAS) enquanto público prioritário para a vacinação  
104 contra a COVID-19. A Nota foi encaminhada ao e-mail da Diretoria, com as contribuições  
105 da Comissão de Orientação em Psicologia e Política de Assistência Social e está em  
106 finalização de texto para posterior aprovação de assinatura conjunta. Ponderou que não  
107 existe um Plano Estadual de Vacinação. GT POP-RUA A Conselheira Jéssica Souza  
108 informou sobre a retomada do GT Moradia Primeiro. No momento está em discussão

109 alternativas possíveis de moradia para população de rua. Retomada das atividades  
110 políticas: representações, comissões e apoio de funcionárias(os): O Conselheiro João  
111 Henrique informou que a Comissão da Retomada vem se reunindo para realizar a  
112 retomada política. A primeira questão é que a pandemia está aí e vai demorar a entender  
113 como será o “novo normal”. A Comissão de Retomada entende que não é possível  
114 negligenciar a discussão da retomada das atividades. A categoria está na linha de frente  
115 trabalhando. Argumentou que outros Conselhos de Representação Profissional de Minas  
116 Gerais já retomaram as atividades. A Comissão discutiu alguns para apreciação do  
117 Plenário: 1) a manutenção da Plenária Presencial com a realização da Reunião Plenária  
118 Ordinária de Julho/2021 de forma híbrida. Ponderou que as deliberações do Plenário  
119 devem ser cumpridas. Relatou que conforme deliberação da Reunião Plenária de  
120 Maio/2021 o profissional da Tecnologia da Informação era para ficar durante toda a  
121 Plenária e não deixar a estrutura montada e ir embora. Além disso afirmou que após o  
122 envio do Ofício-Circular pela Diretoria em relação a retomada das atividades não foi dada  
123 outra manifestação sobre o início das atividades; 2) Aglutinação das duas Comissões de  
124 Retomada Política e das atividades; 3) testagem no município de origem a partir da  
125 próxima Plenária e aquisição de máscaras N95; 4) reunião com o Gerente de Tecnologia  
126 da Informação para conversar sobre as necessidades de infraestrutura para a realização da  
127 próxima Plenária Híbrida. O Conselheiro Luis Henrique propôs a retomada de todas as  
128 atividades políticas com a avaliação de cada Conselheira(o) a partir de sua realidade local,  
129 seguindo os protocolos sanitários e uma maior conversa das Gerências com as  
130 Conselheiras(os) tanto para operacionalizar o acolhimento das demandas da categoria  
131 pelos assistentes administrativos e por atendimento telefônico. O Conselheiro Luiz Felipe  
132 aprovou a proposta de junção das Comissões de Retomada Política e das atividades.  
133 Ponderou que não tem garantias de impacto para quem não tem sintomas. Sugeriu o  
134 cuidado e a consciência de cada um. Propôs que algumas ações se mantenham online e  
135 outras presenciais tanto as representações quanto atividades administrativas. A  
136 Conselheira Larissa Amorim reforçou que problemas acontecem independente da reunião  
137 presencial ou online. Avaliou que não é momento de voltar as atividades presenciais com  
138 índices de contaminação alto, para não colocar as(os) empregadas(os) em risco. Em sua  
139 avaliação não existe nenhuma atividade no CRP que seja fundamentalmente presencial. A  
140 Conselheira Elza Lobosque concordou com as falas do Conselheiro João Henrique e Luis  
141 Henrique e solicitou o envio das planilhas de horários de atendimento no CRP-MG e  
142 também os orçamentos para equipar as subsedes na questão de internet e condições para  
143 reuniões on-line e híbridas. Sugeriu ainda, avaliar se poderia ser feita a Reunião Plenária  
144 no próprio CRP a partir do número de Conselheiras(os) presentes. Entende que não há  
145 motivos para não ocorrer a retomada das atividades. O Conselheiro Reinaldo Júnior  
146 ressaltou que desde o começo deveria ter sido feita uma única Comissão que tratasse da  
147 Retomada. Ressaltou que a Comissão da Retomada é quem deveria deixar as(os)  
148 Conselheiras(os) informadas(os) e não a Diretoria. Avaliou que ao unificar as Comissões as  
149 ações serão mais assertivas. Entende que o modelo híbrido é a realidade e não deve  
150 obrigar nenhum(a) Conselheira(o) a estar presencialmente. Defendeu que todas as  
151 testagens necessárias de equipamento pelo setor de Tecnologia da Informação foram  
152 feitas. O fato de ter ocorrido falha foi circunstancial. Reforçou que o Gerente de Tecnologia  
153 da Informação solicitou a ele e a Conselheira Lourdes Machado ficar disponível do CRP, o  
154 que foi acatado. Informou que irá enviar o power point elaborado pela Assessora de Gestão  
155 de Pessoas Taimara Spinelli para as(os) Conselheiras(os) sobre a Retomada das  
156 Atividades. Relatou que a categoria não sabe o que o CRP está fazendo e não é possível  
157 atender a todas as demandas. Reforçou a importância de se pensar no cuidado.  
158 Concordou com a retomada das atividades de representação e de comissão com todo o  
159 cuidado. A Conselheira Jéssica Souza entende que o processo da retomada e como este  
160 vem sendo feito. Ponderou que ouve também as situações de empregadas(os) que tem  
161 perdido parentes e o Plenário pedir que esta(e) empregada(o) retomada as atividades  
162 nestas circunstâncias. Avaliou que a retomada não será da mesma forma, argumentou que

163 é necessário pensar de maneira híbrida. O Conselheiro Ted Nobre avaliou que as(os)  
164 Conselheiras(os) devem se responsabilizar pela retomada. A responsabilidade é individual  
165 e também coletiva. Não está para questionar o que está sendo feito pelas(os)  
166 empregadas(os). Segundo ele, a retomada deve ser feita de forma estruturada, organizada.  
167 A Conselheira Suellen Fraga reforçou que deve ser pensado em uma posição política de  
168 como conduzir a retomada das atividades presenciais. O Conselheiro Luiz Felipe ressaltou  
169 que deve ser enfrentado o medo de retomar as atividades. O Conselheiro Luis Henrique  
170 colocou que só é possível avaliar o que começou. A Comissão está pedindo para iniciar a  
171 retomada com responsabilidade. Propôs um diálogo com a categoria. A Conselheira  
172 Lourdes Machado propôs a utilização da máscara N95 por empregadas(os) públicas(os) e  
173 Conselheiras(os), realizar avaliação a partir de consulta e parecer de epidemiologista em  
174 relação a eficácia da testagem e qual teste deve ser efetivado. Propôs microfone e mesa  
175 individuais. Concordou com a junção das duas Comissões - Retomada das atividades e  
176 Política. Sugeriu que a Comissão liste as(os) empregadas(os) que devem ficar à disposição  
177 no próxima Plenária e os itens necessários. Ressaltou que tem notebooks para todas as  
178 subsedes e a questão da telefonia também já foi resolvida. Ressaltou que a decisão  
179 coletiva deve ser respeitada, mas as responsabilidades também devem ser divididas. A  
180 avaliação da realização desta Plenária de forma híbrida deve ser feita. O Conselheiro João  
181 Henrique propôs que a Comissão da Retomada faça um questionário avaliativo da Reunião  
182 Plenária com o indicativo de retornar a resposta até quinta-feira 24/06. Reforçou que na  
183 última plenária foi discutido que seria aprovada a Plenária de Junho e que as questões  
184 administrativas seriam feitas com os setores e a Diretoria. Não foi feito o check-list pela  
185 Comissão respeitando esta deliberação. Sugeriu votar a unificação das Comissões, a  
186 utilização da máscara N95 e testagem na Sede e Subsele, e a retomada política. A  
187 Conselheira Larissa Amorim perguntou qual é atividade fundamental que justifique a  
188 retomada presencial? O Conselheiro Reinaldo Júnior colocou que a entrega das carteiras  
189 profissionais deve ser feitas presencialmente. As entregas de carteira já estão sendo  
190 agendadas na Sede e Subsele. Além desta atividade as fiscalizações devem ser  
191 retomadas. A Conselheira Lourdes Machado propôs como encaminhamento a unificação  
192 das 2 Comissões e que esta faça um check-list e o questionário de avaliação; mesa e  
193 microfone e borrifador com álcool em gel individualizados e demais adequações para a  
194 realização da Plenária Híbrida; utilização das normas de segurança para Sede e Subsele  
195 para empregadas e Conselheiras principalmente testagem e máscara N95 (após consulta a  
196 epidemiologista) e a definição da composição da Comissão da Retomada. **Deliberação:** O  
197 XVI Plenário aprovou o seguinte: 1) por 17 votos favoráveis a unificação da Comissão da  
198 Retomada das atividades e da Comissão da Retomada Política e que esta faça um check-  
199 list e o questionário de avaliação; 2) por 16 votos favoráveis, 1 abstenção e 1 voto contrário  
200 a disponibilização de mesa, microfone e borrifador com álcool em gel individualizados e  
201 demais adequações para a realização da Plenária Híbrida em Julho/2021; 3) ) por 17 votos  
202 favoráveis a utilização das normas de segurança para Sede e Subsele para  
203 empregadas(os) e Conselheiras(os) principalmente testagem e máscara N95 (após  
204 consulta a epidemiologista). 4) Composição da Comissão da Retomada Presencial com os  
205 seguintes membros: Conselheiras(os) Reinaldo Júnior, Lourdes Machado, João Henrique,  
206 Elza Lobosque, Luis Henrique, Cristiane Nogueira, Renata Miranda, Assessora de Gestão  
207 de Pessoas Taimara Spinelli e o empregado público Leonardo Rosa. Criação GT de  
208 Combate ao racismo institucional e promoção de ações afirmativas: A Conselheira Larissa  
209 Borges propôs a criação de GT de Combate ao racismo institucional e promoção de ações  
210 afirmativas para elaboração de ações institucionalizadas para este fim. A Conselheira  
211 Larissa Amorim defendeu que a discussão está para além das Comissões. A Conselheira  
212 Evely propôs a discussão junto à CDH por esta ser transversal. A Conselheira Suellen  
213 Fraga reforçou que este GT tem um objetivo de trabalho que tem um plano bem delineado  
214 que o Plenário pode deixar como legado de ações afirmativas voltadas ao combate ao  
215 racismo e promoção a ações anti-racismo. Existe a Comissão de Relações Étnico-Raciais e  
216 a CDH, mas entende que a proposta é trazer um produto pelo GT. A Conselheira Jéssica

217 concordou com a criação do GT para discutir o racismo institucionalizado. Ressaltou que é  
218 fundamental a problematização do tema. O Conselheiro Luiz Felipe vê que a discussão é  
219 um produto em que o protagonismo deve ser do GT. A Conselheira Lourdes Machado  
220 informou que a CDH está se reestruturando e a Comissão de Relações Étnico-Raciais tem  
221 outras pautas e a ação afirmativa contra o racismo institucional é a criação do GT. A  
222 Conselheira Liliane Martins reforçou a importância da discussão das questões raciais e  
223 defendeu que o GT vai ajudar na promoção desta pauta. **Deliberação:** O XVI Plenário  
224 aprovou por 20 votos a criação do GT de Combate ao racismo institucional e promoção de  
225 ações afirmativas composto pelas(os) Conselheiras(os) Luiz Felipe, Suellen Fraga, Larissa  
226 Borges, Liliane Martins, Elza Lobosque, Marleide Marques e Evely Capdeville. Pontos de  
227 Pauta da APAF Junho/2021: A Conselheira Lourdes Machado apresentou pontos de pauta  
228 mais importantes que serão discutidos na APAF de Junho/2021 para embasar a decisão da  
229 delegação do CRP-MG. 1) GT Resolução Nº 01/1999: A Conselheira Suellen Fraga  
230 informou que será proposta uma Nota para aprovação na APAF de Junho/2021. A Nota  
231 Técnica servirá para contemplar as novas formas de diversidade sexual. O Conselheiro  
232 João Henrique informo que o GT Diversidade Sexual não discutiu sobre a isenção de  
233 anuidade para pessoas trans. Caso seja proposto nesta APAF, deverá ser levado para o  
234 GT a discussão. A Conselheira Evely Capdeville indagou sobre a proposta de sistematizar  
235 normativa sobre a atuação dos(as)(es) psicólogos(as)(es) em relação à bissexualidade. O  
236 Conselheiro João Henrique sugeriu que esta pauta também deverá ser passada para o GT  
237 de Diversidade Sexual. A Conselheira Liliane Martins informou que tem uma Nota dos  
238 coletivos bissexuais que se não chegou para o GT Diversidade Sexual do CFP será  
239 repassado. A Conselheira Jéssica Souza concordou com a proposta de trazer a discussão  
240 da bissexualidade para dentro do GT Diversidade Sexual e na Comissão de Orientação em  
241 Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual. Propôs referendar a importância do documento  
242 sobre o documento. GT Psicoterapia O Conselheiro Luiz Felipe informou que participou da  
243 última reunião do GT Psicoterapia e ressaltou que não existe um posicionamento do CFP.  
244 Existe uma Consulta Pública do Senado sobre a psicoterapia ser privativo da Psicologia.  
245 Informou que irá acontecer os Seminários Regionais sobre Psicoterapia e em seguida abrir  
246 a Consulta Pública às(aos) psicólogas(os). Ressaltou que 60% da categoria atua na clínica  
247 ou está em instituição privada conjuntamente ao atendimento na clínica. O  
248 encaminhamento para a APAF de Maio/2021 será autorizar a continuidade do GT  
249 Psicoterapia e discutir os dados da Consulta Pública, para depois disso, se posicionar a  
250 respeito. Algumas questões devem ser pensadas como se for prerrogativa só da área da  
251 psicologia, entraria a Psiquiatria e Psicanálise? Como separar a psicoterapia das  
252 abordagens técnicas? A Conselheira Lourdes Machado ponderou que se colocar a  
253 psicoterapia como privativa da psicologia, poderá aparecer o debate do “ato psicológico”,  
254 pois os médicos e psicanalistas iriam fazer a crítica do corporativismo. Se colocar em  
255 Consulta Pública, a categoria é favorável a psicoterapia ser privativo da psicologia. O  
256 Conselheiro Luiz Felipe defendeu a reformulação da Resolução Nº 10/2000, que especifica  
257 e qualifica a Psicoterapia como prática do Psicólogo, colocou para análise o que fica de  
258 fora quando não se regulamenta? Como, por exemplo, não poder fiscalizar quem não é  
259 psicóloga(o). Para isso seria necessária a regulamentação. O Conselheiro Fabrício Ribeiro  
260 ponderou se a regulamentação não serviria só para garantia de mercado para a psicologia.  
261 Sugeriu discutir no sentido de uma prática muito trabalhada pelas(os) psicólogas(os), com  
262 uma história de 200 anos, que não pode ser ignorada. O Conselheiro Reinaldo Júnior  
263 ressaltou que o encaminhamento do ponto pela APAF é de continuidade do trabalho do  
264 GT. Destacou que o trabalho de um GT é gerar produto. O Conselheiro Luiz Felipe sugeriu  
265 aguardar a discussão na APAF e depois realizar um Seminário sobre Psicoterapia, a ser  
266 promovido pelo CRP-MG e qualificar a discussão em uma Reunião Plenária. 3) Teto de  
267 anuidade 2022: A Conselheira Evely Capdeville informou que a cota parte conforme  
268 Resolução Nº 03/2007 pode ser de até 33% da arrecadação dos CRP's, mas na prática  
269 ocorre a cota de 25%. Alguns regionais não estão conseguindo se manter e estão  
270 recebendo recursos do CFP. A proposta do CRP-SC é de redução de 25% para 20%. A

271 representação do GT pela Região Sudeste é feita pelo CRP-SP. O CFP não abre mão  
272 deste valor. No ano passado, o CFP teve um superávit de 15 milhões de reais. Sobre a  
273 anuidade 2022 a proposta do CFP é por não haver reajuste. O CRP-MG tem autonomia  
274 para não reajustar a anuidade. A Conselheira Lourdes Machado defendeu que em  
275 relação a discussão da redução da cota parte de 25% para 20% que o CRP-MG apoie o  
276 CFP pela manutenção da cota de 25%. 4) Alteração da data da 11º CNP: A Conselheira  
277 Elza Lobosque sugeriu enviar as dúvidas ao CFP e aguardar a resposta. Solicitou o envio à  
278 COMORG do Regulamento do CNP para inspirar a elaboração do Regimento Interno do  
279 11º COREP. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Reinaldo da Silva  
280 Júnior, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos  
281 demais presentes. Belo Horizonte, 19 de junho de 2021.

